

# DIRETO DE BRASÍLIA JOÃO BOSCO RABELLO

joao.bosco@estadao.com

Colaboração: Andrea Jubé Vianna



## O motim dos réus

Certas polêmicas perdem a força quando reveladas suas motivações. É o caso da proposta de emenda constitucional aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ), que submete ao Congresso as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), numa inversão de papéis de fazer inveja ao mais radical dos chavistas. O artificialismo da crise se escancara diante do número de parlamentares com inquéritos ou ações penais na fila de julgamento do STF. No Congresso Nacional, são 160 deputados e 31 senadores, segundo levantamento de junho do ano passado, ou um terço da instituição.

Na CCJ, 32 de seus 130 integrantes respondem a inquérito, entre os quais dois já condenados – José Genoíno e João Paulo Cunha, do PT –, o mais notório, Paulo Maluf (PP-SP), e o presidente do fórum, Décio Lima (PT-SC), com quatro inquéritos por improbidade administrativa e sonegação previdenciária quando prefeito de Blumenau.

Ao afrontar a independência dos poderes, e o mais elementar princípio da isenção, a CCJ trocou o pudor pelo medo de uma parcela de seus integrantes de ser julgada pelos parâmetros jurídicos aplicados ao mensalão.

O argumento da soberania legislativa torna-se, pois, eufemismo para os que querem ser juizes de si mesmos.

### “A última palavra é do Judiciário”

Vice-presidente Michel Temer

Sobre a emenda que submete o STF ao Congresso



MARCOS DE PAULA/ESTADÃO-12/4/2013

### Uma lista extensa

Integram ainda a lista de processados da CCJ, seu terceiro vice-presidente, Carlos Bezerra (PMDB-MT) – que responde a uma ação penal por peculato e a mais dois inquéritos –; o líder do PMDB, Eduardo Cunha (RJ); o líder do PSC, André Moura (CE); o líder do PR, Anthony Garotinho (RJ); o ex-senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), réu no mensalão mineiro, e o presidente da Comissão de Finanças, João Magalhães (PMDB-MG) – este, com uma ação penal e quatro inquéritos e com 42 investigações criminais em curso.

### Retaliação

A votação da emenda contra o STF foi orquestrada pelo PT de São Paulo, como retaliação à condenação de José Genoíno (PT-SP) e João Paulo Cunha (PT-SP). A secção paulista domina a CCJ, com seis titulares e um suplente. A PEC entrou na pauta em dezembro e voltou agora.

### Veto

O presidente do PT, Rui Falcão, descartou o palanque costurado pela ministra Ideli Salvatti e pelo senador Luiz Henrique (PMDB-SC), unindo PT e PMDB em torno da reeleição do governador Raimundo Colombo (PSD), em Santa Catarina. O acordo reservava a vaga ao Senado a Ideli, mas o PT repudiava a aliança com o PSD, que no Estado é comandado por Jorge Bornhausen (ex-DEM).

### Vida real

O governador Eduardo Campos está preocupado com a “vida real”. Nos Estados onde o PSB depende de siglas maiores, como PT, PMDB e PSDB, ele tem ouvido queixas dos deputados que sem essas coligações podem não se reeleger.

estadao.com.br

Blog. Cai dispensa de licenciatura para professor

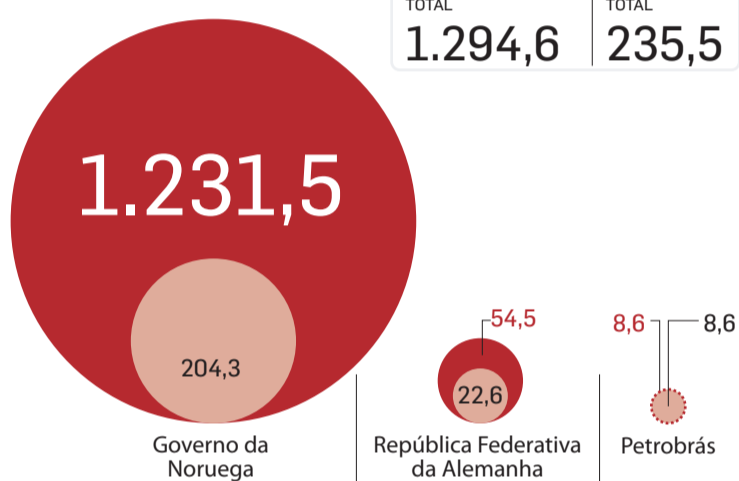
blogs.estadao.com.br/joao-bosco/

## FUNDO AMAZÔNIA

• Criado em 2008, fundo tem como objetivo financiar projetos de preservação da floresta

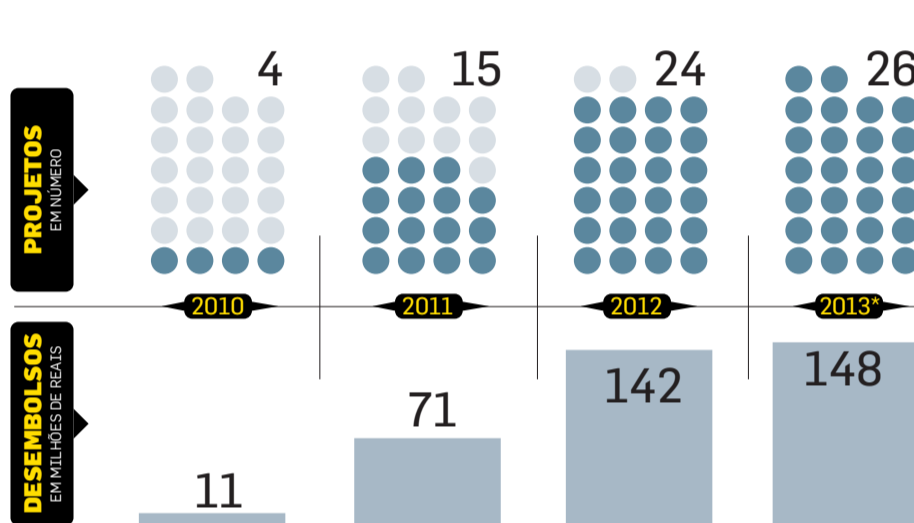
### Composição do fundo

EM MILHÕES DE REAIS



FONTE: FUNDO AMAZÔNIA

### Projetos com recursos repassados



### Distribuição do total de reembolsos



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

# País aplica apenas 11% de fundo para proteger Amazônia

Passados cinco anos desde o anúncio de doações da Noruega e da Alemanha, governo terá de renegociar prazo para investir recursos

Lígia Formenti  
BRASÍLIA

Criado há cinco anos para financiar projetos de preservação da floresta, o Fundo Amazônia já recebeu um “cheque” de R\$ 1,29 bilhão, mas só desembolsou 11,4% desse total. Por causa da demora, o Brasil agora tenta renegociar com países doadores, Noruega e Alemanha, a ampliação do prazo para aplicação dos recursos, inicialmente previsto para dezembro de 2015.

“A imagem que fica é ruim”, constata Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental e integrante do Comitê Orientador do Fundo Amazônia. “O incômodo e o desgaste do Brasil no cenário internacional somente será evitado se o País conseguir reverter a tendência de aumento no ritmo do desmatamento.”

Os alertas de desmatamento na Amazônia Legal aumentaram 26% entre 1º de agosto de 2012 e fevereiro de 2013, em comparação ao período anterior.

O fundo é formado por doações da Noruega, Alemanha e da Petrobrás. A captação de recursos está condicionada à redução das emissões de gases efeito estufa resultantes do desmatamento. A verba é repassada para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), encarregado de analisar, aprovar, contratar e acompanhar os projetos.

Para Elisabeth Forseth, conselheira da Embaixada da Noruega, houve demora no processo de formação da carteira de projetos. Ela avalia que iniciativas que agora apoiadas não refletem o tamanho dos recursos disponíveis, mas diz estar confiante numa maior rapidez da análise

das propostas.

No Ministério do Meio Ambiente, o diretor do departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento, Francisco Oliveira Filho, também diz acreditar que o ritmo nas avaliações e liberações de recursos será mais intenso nos próximos dois anos. A maior velocidade, afirma, seria resultado de uma mudança na lógica da escolha dos projetos que serão beneficiados com financiamento.

A ideia agora é dar prioridade a projetos “estruturantes”. Isso significa que a preferência será dada para propostas de maior impacto e abrangência. Um projeto voltado para várias comunidades ribeirinhas, por exemplo, terá preferência a outro endereçado a apenas um grupo de moradores. Oliveira Filho atribui o ritmo lento inicial ao período de adaptação. Algo que, para ele



Floresta. Índios à margem do Rio Negro: BNDES acompanha os projetos apresentados

já foi superado.

**Burocracia.** Para o diretor do Museu da Amazônia, Ênio Candotti, a lentidão não surpreende. “É um reflexo da própria contradição do governo sobre o desenvolvimento da região. De um lado, existem estratégias de conservação. De outro o PAC, cuja filosofia é desenvolvimento nacional a qualquer custo, doa a quem doer.”

Tanto Candotti quanto Adriana Ramos identificam boa vontade na equipe do BNDES para avaliação e liberação de recursos do fundo. “O problema é

que não se pode organizar ações na Amazônia do Rio de Janeiro ou de São Paulo. O apego à burocracia, à assinatura, aqui não funciona”, afirma Candotti. “A lógica tem de ser outra: o apego ao resultado e não ao processo.”

Adriana diz que a delegação ao BNDES para a análise e liberação de recursos era vista com bons olhos. “Acreditava-se que o contato com o tema faria com que o banco refletisse mais sobre o viés ambiental dos investimentos, de forma geral. Algo que não ocorreu.”

Apesar da necessidade da

prorrogação, o BNDES, por meio da assessoria de imprensa, afirma não haver demora no uso dos recursos. Se comparado o desempenho com fundos análogos, diz o banco, o Fundo Amazônia está sempre em primeira ou segunda posição quando considerados os critérios de compromisso de doações em favor do fundo, número de projetos ou valores.



ED FERREIRA/ESTADÃO-9/8/2008

## ‘Não se pode organizar ações na Amazônia do Rio de Janeiro ou de São Paulo’

Ênio Candotti, diretor do Museu da Amazônia

## No Pará, projeto foi autorizado, mas ainda não saiu do papel

BRASÍLIA

As dificuldades do Fundo Amazônia não se limitam à aprova-

ção de projetos ou liberação de recursos. Iniciativas muitas vezes demoram para sair do papel mesmo após o sinal verde ser

dado. O município de Jacundá (PA) é um exemplo. Desde agosto, a cidade tem autorização para executar um projeto de gestão ambiental no valor de R\$ 820 mil, mas até agora nenhum centavo foi usado.

“O problema é local”, diz o secretário de Meio Ambiente da

cidade, Gilberto Machado. “Por razões do próprio município, a licitação ainda não foi feita.”

Os recursos do fundo são encaminhados para projetos propostos por universidades, terceiro setor, municípios, governos estaduais e governo federal. No período 2013/2014, go-

vernamentais ficam encarregados de apresentar propostas de municípios. Uma medida criticada por Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental. “O ideal é dar autonomia aos municípios. Embora traga agilidade, esse tipo de estratégia pode fazer com que disputas locais e

questões políticas atrapalhem o processo.” Para a conselheira da Embaixada da Noruega no Brasil, Elisabeth Forseth, há projetos interessantes no portfólio do fundo. “Mas ainda não há resultados suficientes para se avaliar a grande maioria dos projetos apoiados.”/L.F.